

APRESENTAÇÃO

O presente volume da Revista Pontos de Interrogação, intitulado *Arquivos e testemunhos sobre língua, cultura e modos de vida indígena*, apresenta aos leitores e críticos culturais não só uma multiplicidade de questões e problemas para se opor posicionalidades de índios a de não-índios, mas uma série de endereços e fontes de pesquisa que, se articuladas pelas escolas e instituições comprometidas com a causa indígena, teremos, como diria Oswald de Andrade em seu *Manifesto Antropófago* (1928) e em *A Crise da filosofia messiânica* (1950), uma verdadeira revolução caraíba ou um retorno em diferença do Matriarcado de Pindorama.

No artigo “Discurso crítico e imagens do índio contemporâneo”, Eloína Prati dos Santos, da UFRGS, especialista em Literaturas de Língua Inglesa, com docência, pesquisa e publicações focadas nas literaturas canadense e estadunidense, ameríndia, pós-colonial e romance indianista brasileiro, defende não apenas que já existe um corte epistemológico entre o saber do índio e o dos não-índios, ganhando forma numa textualidade contemporânea sobre a questão, mas já é possível mobilizar uma fonte de pesquisa e de referências bibliográficas apenas com o olhar e sensibilidade indígenas. O que não é pouco, em tempos de simulacro e de banalização da vida.

Francisco Alfredo Morais Guimarães, historiador e pesquisador da UNEB, em seu artigo “Povos indígenas no Brasil cultural: a revolução da cultura da mandioca na economia do atlântico sul e no continente africano”, se apropria dos dispositivos da globalização contemporânea para mostrar que foi entre os indígenas brasileiros que se desenvolveu uma cultura econômica transnacional, a partir da mandioca, cujos produtos daí derivados, principalmente a farinha, não só constituiu uma riqueza de apropriação colonial, mas, indo ainda mais fundo na história, vincula essa descoberta cultural a quem teria, antes (os povos ameríndios), desenvolvido, também, uma cultura de domínio das florestas e seu manancial de vida.

Em “Línguas e línguas: mais especificidade do nordeste indígena”, o linguista do Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (LINTER/IFBA — Campus de Porto Seguro — BA), Francisco Vanderlei Ferreira da Costa, além de destacar a multiplicidade de procedimentos linguísticos, entre os povos indígenas do norte e nordeste do Brasil, como fator político e de afirmação do humano em simbiose com a natureza, mapeia as atuais dificuldades que envolve a enunciação indígena, em língua portuguesa, e sua luta, interminável, pela demarca-

ção das terras e, principalmente, no enfrentamento dos preconceitos e estereótipos disseminados e naturalizados pelas instituições e sociedades ocidentais.

Como um exercício literário, político e pedagógico radical a favor da e com a cultura indígena no Brasil, a pesquisadora da UFRGS, Rubelise da Cunha, em “O arco em palavra: a reinvenção do presente nas crônicas de Daniel Munduruku”, nos mostra como este ativista e escritor se apropria dos signos do preconceito e do estereótipo e reverte o seu sinal negativo, além de nos oferecer uma metodologia ou caixa de ferramentas tanto para instalar a ambivalência em toda discursividade etnocêntrica quanto para criar uma segunda pele como as anacondas, dada a difícil tarefa de sobrevivência ativa numa sociedade, a brasileira, que teve nas ordens de despejo linguístico, cultural, territorial e ontológica dos povos indígenas, a sua palavra de ordem. Ou pior que isto: despejos que se naturalizaram ou simplesmente metamorfosearam-se no verbo (despejar, despejar, despejar) que se fez carne.

Para enfrentar, então, essa difícil questão envolvendo os povos matriciais como acontecimento na existência humana, o sentido de ser “índio”, como estratégia política pós-ordens de despejos, sem deixar de imaginar — como uma linha de força paradoxal — o que teria sido o Brasil e o mundo ocidental se os colonizadores de fins do século XV e início do século XVI, tivesse condições razoáveis de humanidade para encarar o Outro em sua diferença radical, os pesquisadores da UFBA Suzane Lima Costa e Rafael Xucuru Kariri, em “Conversações sobre povos indígenas em práxis autobiográficas”, debate sobre o lugar da autobiografia nas práticas de subjetivação, entre as comunidades indígenas, como um espaço permanente de reinvenção de si: portanto, nem o índio como invenção do ocidente e sua cultura de barbárie, nem o índio forjado pelas políticas de estado, mas um Outro ser tramado na comunidade, dramatizando seus rastros, dialogando com a natureza e olhando no olho do ocidente “bem de perto”.

Em “Estares originários Xhosa, devires ancestrais Kaingang, saberes ambientais das treze avós... e de alguns brancos”, os pesquisadores Alfredo Guillermo Martin psicólogo, da FURG-RS, Ana Isabel Crespo, psicóloga, pesquisadora do CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais), Universidade Aberta, Lisboa, Portugal e Darci Emiliano da etnia Kaingang, primeiro mestrando indígena em Educação Ambiental no PPGA (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental) da FURG-RS, afirmam, na linha de um Lévi-Strauss e de Eduardo Viveiros de Castro, a textualidade indígena, na forma que se fizer,

como uma perspectiva não só de leitura do mundo, mas como práticas de vida como uma doação, performática, à natureza e seus devires.

O artista plástico alagoíndio, LithoSilva, atravessa todos os simulacros para recolher nas feiras de Alagoinhas, nos signos das cidades do recôncavo e do sertão, e mesmo na pele dos negros e brancos, os rastros e traços deixados pelos Tupinambá. O rosto do índio que escapou da perseguição dos colonizadores ou que cintila em suas esculturas ou instalações, como se fossem ossadas, e que se dão a ver por sua mirada arqueológica, é não só o lugar para uma pedagogia da forma, generosamente oferecida como num banquete antropofágico, mas a definição de um estilo de vida ou arrotos de um devir tupinambá que se manifesta cotidianamente em Alagoinhas, como uma esquina da floresta-mundo e sua multidão.

Em dois artigos produzidos por egressos do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Wilson Sousa Oliveira com “Arte, cultura e cidadania do ponto de vista de movimentos indígenas” e Jucimar Pereira dos Santos, em parceria com sua orientadora Maria Nazaré Mota de Lima, em “Educação escolar indígena e interculturalidade: o povo Kiriri Cantagalo e suas experiências educacionais”, temos não só a imagem de uma escola indígena forjada como aldeias culturais, mas com seus crivos tanto para devassar a lógica do etnocentrismo quanto para fazer emergir ou reencenar os modos de saber indígenas em expressão bilíngue e como condição epistemológica para se reparar aquelas ordens de despejo acima mencionadas.

Nessa linha de ativismo indígena e de não-índios, comprometidos também com esta causa, o artigo “Uma flor brotará do sol de nossas lembranças: por um a(nar)tivismo indígena no Brasil”, de minha autoria, tratará não só de uma politização das políticas públicas para a questão indígena, mas estabelece condições teóricas e metodológicas para a construção de uma sociedade sem o estado, ativando, principalmente, uma linha de força política de nossos ancestrais: a invenção de uma miríade de sociedades contra o estado que se ofereceria como paradigma tanto para se combater a noção de estado, como estado de exceção, em que os déspotas desde sempre têm se colocado no lugar da lei e inviabilizado o direito, quanto para se ocupar o estado como instituição de direito público que, teoricamente e no limite, deve apontar e praticar o seu próprio perecimento a bem de uma sociedade sem classes e como associações de homens, mulheres e crianças livres.

Por fim, a resenha do livro *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior: experiencias en América Latina*, organizado por Daniel Mato, feita pela pesquisadora da



UFBA, América Lúcia Silva César, e a entrevista ao escritor indígena Olívio Jecupé, pela maestranda em Crítica Cultural, Francis Mary Rosa, apontam outros roteiros para o devir índio do índio. Que novos bandos recomecem os seus cantos.

Osmar Moreira dos Santos